

A CONSULTORIA COLABORATIVA NO CONTEXTO DA EJA

Kelson Pereira Ribeiro ¹
 Marcia Moreira da Silva ²
 Ana Danielly Leite Batista Pessoa ³
 Sandra Alves da Silva Santiago ⁴
 Izaura Maria de Andrade da Silva ⁵

RESUMO

A Inclusão de pessoas com deficiência é uma demanda crescente em todo território nacional, isso não é devido ao aumento de incidências de deficiências, mas sim maior conhecimento da população acerca dos transtornos do neurodesenvolvimento, assim é necessário a escola como instituição buscar ferramentas para desta forma viabilizar uma educação verdadeiramente inclusiva no contexto educacional brasileiro. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), é dever do estado buscar, avaliar e implementar ferramentas que busquem promover a inclusão de pessoas com deficiência em todas as modalidades de ensino. A principal ferramenta que podemos citar como exemplo é a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), que busca reunir metas e estratégias voltadas a atender as necessidades específicas de cada aluno, porém é inegável citar que atualmente há uma sobrecarga laboral além das quantidades de formações e atualizações na educação nas quais os docentes participam, dessa forma é necessário também buscar meios de aliviar tal sobrecarga dos professores nas instituições de ensino, uma ferramenta que podemos citar é a consultoria colaborativa, que busca através da ação multidisciplinar trabalhar as dificuldades de aprendizagem que podem vir a aparecer dentro da instituição no qual esta equipe está inserida, além de também trabalhar os processos de inclusão de pessoas com deficiência e auxiliar na elaboração do PEI. A partir disto, o presente estudo tem como objetivo central apresentar a consultoria colaborativa como uma ferramenta para efetivar a inclusão de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem através da elaboração do PEI para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos através da abordagem metodológica da pesquisa colaborativa, tendo como base as experiências em pesquisa no Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio da Universidade Federal da Paraíba (NEJAEM), o resultado esperado é a promoção de uma cultura inclusiva dentro da instituição alvo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Plano Educacional Individualizado; Consultoria Colaborativa; Equipe Multidisciplinar; Educação de jovens e adultos

¹ Graduando do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal - UF, kelson.pereira@academico.ufpb.br;

² Mestre em educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora da rede municipal de João Pessoa, Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Especial GEPE da Universidade Federal da Paraíba marcia.moreiras20@gmail.com

³ Doutora em Educação PPGE/UFPB. Mestre em Políticas Públicas e Educação em Direitos Humanos/UFPB. Pedagoga/UFPB. Professora substituta da Universidade Federal da Paraíba. , ana.danielly@hotmail.com;

⁴ Doutora em Educação PPGE/UFPB. Professora efetiva da Universidade Federal da Paraíba, CE/DHP

⁵ Doutora em Educação, pela UFMG. Professora adjunta do CE/DHP da Universidade Federal da Paraíba.



A CONSULTORIA COLABORATIVA NO CONTEXTO DA EJA

INTRODUÇÃO

A legislação brasileira respalda a educação inclusiva dos estudantes com necessidades educacionais específicas nos diversos níveis e modalidades, desde a Educação infantil até o Ensino superior, passando pelas modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, do Campo, entre outras. As normativas garantem não só o acesso, mas também a permanência, a aprendizagem e a participação dos estudantes com necessidades educacionais específicas nas escolas. (Brasil, 2009, 2011, 2015)

Em prol da inclusão, ou seja, a fim de atender as demandas individuais dos educandos com necessidades educacionais específicas, a literatura na área considera o estabelecimento de redes de apoio, entendidas “como um conjunto de organizações ou profissionais que prestam serviços sincronizados e em colaboração com educadores, com a finalidade de apoiar a escolarização de estudantes com deficiência em classes regulares” (Camargo, 2022, pg. 33). Entre esses serviços destacam-se: a Consultoria Colaborativa, o Serviço Itinerante, o Ensino Colaborativo (ou coensino), o Ensino Diferenciado e a Sala de Recursos Mmultifuncionais.

Conforme Mendes; Almeida.; Toyoda (2011) o modelo de Consultoria Colaborativa existe desde 1990 na literatura educacional (West; Idol, 1989; Pugach; Johnson, 1995; Kampwirth, 2003; Idol; Paolucci-Whitcomb; Nevin, 2000), mas, só mais recentemente vem ocupando lugar de destaque.

Fundamentados nessas referências, Bello, Machado e Almeida, (2012, p. 26) definem Consultoria Colaborativa como:

(...) um estilo de interação entre dois ou mais parceiros que trabalham em conjunto na tomada de decisões, em busca de um objetivo comum. Essa colaboração acopla habilidades de educadores e especialistas, na tentativa de promover atitudes profissionais independentes, pautadas no desenvolvimento de habilidades para resolução de problema, apoio mútuo e compartilhamento de responsabilidades.

De tal modo, a Consultoria Colaborativa é um recurso que tem como pressuposto o trabalho cooperativo com o objetivo de implementar o Plano Educacional Individualizado (PEI), para aqueles estudantes com necessidades educacionais específicas que não usufruem das práticas universais utilizadas na sala de aula e necessitem que se articulem o singular e no coletivo, considerando as questões específicas dos estudantes e as propostas do currículo padrão (Calheiros, 2019).

O Planejamento Educacional Individualizado é, portanto, uma metodologia de trabalho colaborativo, pois, além dos professores, envolve a participação dos pais, outros profissionais da educação e da saúde (se necessário) e, quando possível, do próprio estudante. O foco está em garantir a inclusão do estudante na escola, seja ele com deficiência ou com outras necessidades que demandam um olhar especializado. Assim, o PEI deve conter objetivos de aprendizagem que considerem as dimensões acadêmicas, sociais e comportamentais, e, ainda que sejam elaborados a partir da série, da idade, consideram, sobretudo, o grau de desenvolvimento, o estado atual de habilidades e os conhecimentos prévios do seu público-alvo, pensando em objetivos de curto, médio e longo prazos. (Silva; Camargo, 2021)

O interesse pela temática da Consultoria Colaborativa junto à Educação de Jovens e Adultos não tem sido muito comum na literatura, mas, para os objetivos aqui pretendidos, tem sua origem numa pesquisa realizada no ano de 2022/23 junto ao Núcleo de Educação de Jovens e adultos da UFPB (NEJAEM), quando se investigou o processo de aprendizagem e permanência de Jovens e adultos com deficiência nesta modalidade de ensino, em nível médio.

Na ocasião, a pesquisa constatou que a inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas, principalmente os com deficiência intelectual enfrentavam desafios no cotidiano escolar que careciam de intervenção didática especializada. A referida pesquisa identificou dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de ensino-aprendizagem desses alunos, ressaltando a necessidade de aprimoramento das práticas educacionais com foco na formação docente. Isso evidenciou a necessidade de programas de ensino que trabalhassem métodos inclusivos e estratégias de adaptação curricular junto aos docentes.

De tal modo, a pesquisa apontou a necessidade de continuidade, a fim de responder a questões que ficaram pendentes, principalmente no tocante à formação dos docentes que demonstraram interesse, compromisso, mas, limitações no que diz respeito

ao manuseio de estratégias inclusivas, tais como: a flexibilização curricular e a elaboração e implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI).

Nessa versão, a questão chave que norteia a presente pesquisa é: quais as possibilidades e limites da Consultoria Colaborativa na implementação do PEI com os estudantes com necessidades educacionais específicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio (NEJAEM-UFPB)?

A fim de responder à pergunta central, o objetivo geral é o de verificar as possibilidades e limites da prática da Consultoria Colaborativa na elaboração e implementação de um PEI para estudantes com necessidades educacionais específicas na EJA. E por objetivos específicos temos os seguintes: 1. organizar estudos de casos com estudantes com necessidades educacionais específicas para verificar a precisão ou não da elaboração do PEI; 2. elaborar, desenvolver e avaliar o PEI para estudantes com necessidades educacionais específicas na perspectiva colaborativa; 3. descrever e analisar o processo do trabalho colaborativo entre professores, gestores e bolsistas na elaboração, implementação e avaliação do PEI para estudantes com necessidades educacionais específicas na EJA.

Desse modo, esperamos contribuir com uma compreensão mais aprofundada dos limites e alcances da Consultoria Colaborativa frente à inclusão na EJA.

METODOLOGIA

A metodologia empregada é de abordagem qualitativa e utiliza um tipo da pesquisa participante que é a pesquisa colaborativa, ou seja, um processo que se compromete com a resolução de problemas evidenciados na realidade educacional. Desse modo, entende que:

(...) a pesquisa colaborativa implica processos investigativos que tem, ao mesmo tempo, duas características distintas, mas que estão intimamente relacionadas: a de intervir nos diversos contextos em que esses processos ocorrem, possibilitando situações em que conhecimentos pudessem ser construídos e reconstruídos colaborativamente pelos participantes da pesquisa e a de analisar cientificamente tais processos. (Mizukami, Andrade; Lima, 2021, pg. 06)

Na presente pesquisa, as duas características da pesquisa colaborativa caminham paulatinamente, portanto, além de intervir na realidade da EJA por meio da elaboração, implementação e avaliação do PEI (plano educacional individualizado) também se farão os

estudos para analisar cientificamente o processo. Na medida em que os estudos são feitos pelos pesquisadores e professores da EJA, se elaboram os recursos didáticos compatíveis com as necessidades educacionais específicas dos estudantes indicados como público-alvo. Tal processo, portanto, envolve de forma colaborativa todos os envolvidos: professores, gestora e coordenadora da EJA, além da equipe organizadora e colaboradora da pesquisa.

Destaca-se, por fim, que o presente trabalho foi aprovado pelo comitê de ética (UFPB), sendo o CAAE: 81368924.3.0000.5188. Na mesma perspectiva, todos os participantes da pesquisa assinaram o termo de livre consentimento, garantindo assim as questões de natureza ética que envolve a pesquisa.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A equipe de consultores é formada por duas doutoras em Educação e duas mestras na área da Educação, todas com ênfase na Educação Especial. Ainda constituem a equipe, dois graduandos, sendo um do curso de Psicopedagogia e outra do curso de Pedagogia, além de duas integrantes do NEJAEM, a diretora e a coordenadora pedagógica.

Inicialmente foram realizadas reuniões periódicas com o grupo de pesquisa para estudo sobre os significados da Consultoria Colaborativa e sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI), a fim de encontrar um modelo que desse suporte às demandas existentes na EJA e as condições do NEJAEM.

Posteriormente, foi solicitado à coordenação pedagógica que realizasse junto aos professores um levantamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas de aprendizagem. Os professores realizarem uma sondagem junto aos estudantes e como resultado dessa sondagem indicaram oito (08) estudantes com necessidade educacionais específicas.

Em seguida, tais estudantes foram convidados a participar de um processo avaliativo no Núcleo de Educação Especial da UFPB. O processo avaliativo teve por objetivo identificar indícios (ou não) de distúrbios ou dificuldades de aprendizagem, a fim de que tais informações subsidiasssem a proposta a ser elaborada. O processo avaliativo ocorreu entre os 12/11 e 03/12 no próprio núcleo (NEDESP).

Dos oito (8) estudantes encaminhados, três (3) não quiseram comparecer à avaliação, os demais (5) participaram, conforme se observa no quadro abaixo:

Quadro1: Síntese das Avaliações Realizadas:



INICIAIS E IDADE DO ESTUDANTE	Descrição feita pelos professores	Considerações da avaliação
A.C.V.S. 43 anos.	<p>Pouca frequência. Apresenta dificuldade para compreensão dos conteúdos e interpretação das atividades propostas.</p> <p>Apresenta dificuldade de concentração. Inquietude física. Disposição para realizar as tarefas.</p>	<p>Identificamos que a estudante lê, escreve e comprehende bem. No entanto, possui defasagens no domínio de conteúdos preditores do Ensino Médio.</p> <p>Confirmamos sintomas de TDAH que merecem maior investigação e apoio pedagógico específico.</p>
A.P.P., 41 anos.	<p>Apresenta grande lentidão no processo de ensino e aprendizagem. Dificuldade de interpretação e de transcrever. Necessita de acompanhamento nas leituras.</p>	<p>Identificamos lacunas importantes no processo de escolarização da estudante, o que gera defasagens no domínio de conhecimentos prévios que servem de base para o Ensino Médio.</p> <p>Confirmamos questões emocionais advindas do contexto familiar que geram DA (dificuldades de aprendizagem).</p>
V.O.S., 35 anos.	<p>Falta à aluna conhecimentos básicos de matemática e interpretação de texto.</p>	<p>Identificamos que a estudante lê, escreve e comprehende bem. No entanto, possui defasagens no domínio de conteúdos preditores do Ensino Médio.</p> <p>Identificamos questões emocionais advindas do contexto familiar que geram DA (dificuldades na aprendizagem).</p>
A.P.S.48 anos.	<p>Falta à aluna conhecimentos básicos de matemática e interpretação de texto.</p>	<p>Identificamos que possui defasagens no domínio de conteúdos preditores do Ensino Médio.</p> <p>Identificamos que a estudante revela maior resistência nas disciplinas das ciências exatas, mas, tem domínio das operações básicas, bom raciocínio lógico, lê com compreensão e escreve sem maiores dificuldades.</p> <p>Na ocasião de avaliação, estava sem óculos, o que dificultou o processo.</p>
M.J.C.D. 61 anos.	<p>Dificuldades na base. Não consegue distinguir se o problema é de adição ou subtração. Dificuldade em operações básicas.</p>	<p>Identificamos lacunas importantes no processo de escolarização, o que gera defasagens no domínio de conhecimentos prévios que servem de base para o Ensino Médio.</p> <p>A estudante revela DA ligada às</p>

A.T. C. 48 anos.	Não informado.	metodologias utilizadas. Identificamos possibilidade de perda auditiva que precisa ser confirmada por meio de exame. Identificamos sinais leves de uma dislexia que necessita de mais tempo para avaliação.
------------------	----------------	---

Fonte: dados do NEDESP, 2024.

De posse dos dados foram organizados momentos de estudo com os professores, a fim de dialogar sobre as necessidades de cada estudante. Nessa ocasião, fez-se um estudo de caso com um dos estudantes, onde se aprofundou as características apresentadas e se propôs que os mesmos, em seus respectivos componentes curriculares, construíssem um PEI que atendesse as necessidades do referido estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva da Consultoria Colaborativa visa encontrar, de maneira conjunta, as estratégias didáticas, adaptações etc. que melhor se apliquem a cada caso. Nesse sentido, a presente pesquisa (ainda em andamento) tem buscado integrar os saberes da equipe pesquisadora com as experiências dos docentes envolvidos, a fim de construir um modelo que seja aplicável e possível na realidade da EJA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.** MEC: Brasília, 2011a. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 15 abr. 2024

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, 2015a. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:**



decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. – Brasília, 2011b. Disponível em:https://sisapidoso.icict.fiocruz.br/sites/sisapidoso.icict.fiocruz.br/files/convencoes_soas_com_deficiencia.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024

Bello, S. F.; Machado, A. C.; Almeida, M. A. (2012). A parceria colaborativa entre Fonoaudiólogo e Professor: análise dos diários reflexivos. *Rev. Psicopedagogia*, 29(88), 46-

54. Recuperado de:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862012000100007

CALHEIROS, David dos Santos. Rede de apoio à escolarização inclusiva na educação básica: dos limites às possibilidades. 2019. Tese (Doutorado em Educação Especial) –Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2019. 204 f

CAMARGO, Laureen L. Serviços de apoio na educação física escolar: Atuação do professor especialista em Educação Física Adaptada. 2022. 213 f. Tese de doutorado da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – 2022.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 81-93, jul./set. 2011. Editora UFPR

MIZUKAMI, Maria das Graça N.; ANDRADE, Maria de Fátima R.; LIMA, Francine P. M. Pesquisa colaborativa: contextualizações, conceptualizações, reflexões e desenvolvimento profissional da docência. *Revista Estudos Aplicados em Educação* | São Caetano do Sul, SP | v. 6 | n. 12 | p. 5-21 | 2021 | ISSN 2525-703X